

Maria De Simone Ferreira*

Resumo: o artigo tem por objetivo refletir sobre os casos do Museu das Missões e do Museu de Arqueologia de Itaipu, museus regionais vinculados ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a partir da perspectiva do tombamento das ruínas em que se situam, seguido de sua conversão em museus. A análise parte do caráter evocativo das ruínas em relação a um tempo pretérito e ao que o presente conservou dele para, então, discutir as políticas institucionais em termos de restauração, da criação de museus, do patrimônio arqueológico e da aquisição de acervo, tendo como objeto de estudo os dois únicos museus-ruínas no conjunto de 29 museus do órgão naquilo que têm em comum e nas diferenças, mas, acima de tudo, na excepcionalidade de seus formatos frente aos demais museus do Iphan.

Palavras-chaves: ruínas; Museu das Missões; Museu de Arqueologia de Itaipu.

Abstract: the paper aims to reflect upon the cases of the Missions Museum and the Itaipu Archaeology Museum, regional museums attached to the National Historic and Artistic Heritage Institute of Brazil (Iphan), from the perspective of the protection of the ruins in which they are settled, and their subsequent conversion into museums. The analysis considers the evocative character of the ruins regarding past times and what the present has preserved of them. Institutional policies are then discussed in terms of: restoration, creating new museums, archaeological heritage and acquisition policy, taking as case studies the only two ruins-museums out of a set of 29 museums belonging to the Institute and enhancing what they share in common and their differences, and, above all, the exceptionality of their format in comparison to the other Iphan museums.

Keywords: ruins; Missions Museum; Itaipu Archaeology Museum.

* Museóloga do Museu Histórico Nacional/Instituto Brasileiro de Museus/Ministério da Cultura, graduada em Museologia pela Unirio (2004), especialista em Patrimônio pelo Iphan/Unesco (2006), mestre (2009) e doutoranda em História Social da Cultura pela PUC-Rio, bolsista da Capes – Processo nº 6870/15-5. E-mail: mariadsferreira@gmail.com.

Apresentação

Je vous salue, ruines solitaires, tombeaux saints, murs silencieux ! c'est vous que j'invoque ; c'est à vous que j'adresse ma prière. Oui ! tandis que votre aspect repousse d'un secret effroi les regards du vulgaire, mon coeur trouve à vous contempler le charme des sentiments profonds et des hautes pensées. Combien d'utiles leçons, de réflexions touchantes ou fortes n'offrez-vous pas à l'esprit qui sait vous consulter !¹

A invocação de Volney às ruínas de Palmira, quando de sua viagem ao Império Turco no ano de 1787, é marcada pelo que Carlo Carena chama de “vitalidade interpretativa da ruína”.² Em outras palavras, a contemplação das ruínas por Volney projeta-se como uma forma de aprender lições sobre o passado dos povos que ali reinaram um dia e que têm por único testemunho da finda glória as suas próprias ruínas, daí o título de sua obra, originalmente de 1789, *As ruínas ou meditação sobre as revoluções dos impérios*. As ruínas adquirem autoridade ao sintonizarem-se com a paisagem, e sugerem equilíbrio e sabedoria ao suscitar reflexões sobre a herança do homem acumulada na Terra em contraste com a vicissitude brutal do tempo; “a ruína é o sinal tangível de uma sua presença [do homem] paradoxalmente não transitória, tão remota no passado quanto, como se pode deduzir, no futuro”.³

A partir do caráter evocativo das ruínas em torno da relação humana com o tempo, analisaremos como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) através do tombamento e da inscrição no Livro do Tombo das Belas Artes das ruínas do Povo de São Miguel, no Rio Grande do Sul, e do Recolhimento de Santa Teresa, no Rio de Janeiro, concebeu a transformação desses monumentos em museus, tornando-se casos únicos de ruínas-museus no conjunto de 29 instituições museológicas vinculadas ao Instituto.⁴ Apesar das semelhanças formais evidentes que guardam esses dois remanescentes, não há como esquivar-se de suas inegáveis diferenças de ordem geográfica, histórica, material e simbólica. Ainda assim, é como consequência das diferenças em comum que esses dois casos de museu

¹ VOLNEY, Constantin-François de Chasseboeuf. *Les ruines ou méditation sur les révolutions des empires*. Paris: Décembre-Alonnier, 1869, p. 3. Tradução livre: “Eu vos cumprimento, ruínas solitárias, túmulos santos, paredes silenciosas! É a vós que invoco; é a vós que dirijo minha oração. Sim! enquanto que vosso aspecto repulsa com um temor secreto os olhares vulgares, meu coração encontra a vos contemplar o charme dos sentimentos profundos e dos altos pensamentos. Quantas lições úteis, reflexões tocantes ou fortes não oferecereis ao espírito que sabe vos consultar!”.

² CARENA, Carlo. Ruína/Restauro. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984, p. 107-129. p. 107.

³ Idem, p. 110.

⁴ Com a criação do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), autarquia do Ministério da Cultura, através da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, os museus antes vinculados ao Departamento de Museus e Centros Culturais do Iphan foram automaticamente transferidos para o novo órgão.

coadunam-se em seu caráter desviante no bojo das políticas do órgão federal de preservação quanto à restauração, à criação de novos museus e ao que se entende por patrimônio arqueológico.

Sobre tomar ruínas em São Miguel das Missões e em Itaipu, Niterói

Com efeito, não se pode pensar em reconstruir São Miguel ou mesmo recompor qualquer de suas partes; os trabalhos deverão limitar-se, tão somente, a consolidar e conservar.⁵

Em 20 de dezembro de 1937, o arquiteto Lúcio Costa faz a recomendação supracitada em seu relatório de inspeção às ruínas das reduções jesuítico-guaraníticas no Estado do Rio Grande do Sul, missão que lhe fora encarregada por Rodrigo Melo Franco de Andrade, presidente do Sphan.⁶ Rodrigo já havia sido advertido da relevância das ruínas da igreja de São Miguel Arcaño pelo escritor Augusto Meyer, assistente técnico do Sphan no Rio Grande do Sul, uma vez que essas eram reconhecidas como *um lugar histórico*, conforme despacho de Borges de Medeiros, presidente do Estado gaúcho, de 2 de outubro de 1925, e haviam sido, inclusive, submetidas a obras de consolidação dos remanescentes pela Comissão de Terras de Santa Rosa.⁷ Da visita técnica de Lúcio Costa resultaram não só os tombamentos das ruínas dos Sete Povos das Missões e de uma casa construída com material missionário em Santo Ângelo, mas também a construção de um museu sobre a temática reducional.⁸

A passagem de Lúcio Costa por terras gaúchas ocorreu menos de um ano após a criação do Sphan através da Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, que reorganizava a estrutura do Ministério da Educação e da Saúde Pública, ao qual o Sphan subordinava-se. Aqueles primeiros momentos foram cruciais para a consolidação da instituição e de seu instrumento

⁵ COSTA, Lúcio. 1937: Igreja de São Miguel (ruínas) – São Miguel das Missões – RS. In: PESSÔA, José (org.). *Lucio Costa: documentos de trabalho*. Rio de Janeiro: Iphan, 2004, p. 21-42. p. 26.

⁶ O atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) foi criado em 1937 com o nome de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan). Ao longo de sua história, o órgão passará por uma série de alterações de seu nome: em 1946, torna-se Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Dphan); em 1970, muda para Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); em 1979, o Iphan divide-se em Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) e Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM); em 1990, a Sphan e a FNPM são extintas e originam o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC); até que, em 1994, o órgão volta a ser Iphan. A pesquisa aqui apresentada tangenciará diversos momentos dos 79 anos do Iphan, portanto, manteremos sempre que possível a nomenclatura correspondente ao período em questão.

⁷ Cf. BAUER, Letícia. *O arquiteto e o zelador: patrimônio cultural, história e memória – São Miguel das Missões (1937-1950)*. Dissertação apresentada ao Programa Pós-Graduação em História da UFRGS. Porto Alegre, 2006, p. 58 e 59.

⁸ Cf. PESSÔA, José (org.). *Lucio Costa: documentos de trabalho*. Rio de Janeiro: Iphan, 2004, p. 21-42. p. 42.

jurídico – o tombamento –, destacando-se nesse contexto a figura do presidente do órgão, Rodrigo Melo Franco de Andrade, e sua tenacidade ante a tarefa de identificar a existência e de defender a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional, cujo elemento central era a materialização da tradição nos monumentos; a fonte segura de uma autêntica e unificada identidade nacional que daria continuidade à obra de civilização imposta desde a Colônia.⁹

Para Rodrigo, a singularidade do patrimônio cultural brasileiro estava na combinação das contribuições das populações indígenas, africanas e europeias para a formulação de uma *tradição* genuinamente brasileira, mas cujos valores *exótico* e *primitivo*, reconhecidamente *universais* posto que operantes nas *nações civilizadas* europeias, são sintetizados e homogeneizados na forma do discurso patrimonial sem que essas diferenças culturais sejam enfatizadas.¹⁰ O instrumento legal para a instituição do tombamento pelo Sphan é o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, gerado dez meses após a criação do órgão. Ele define que:

Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

[...]

§ 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.¹¹

83

O tombamento enquanto procedimento legal do Estado de reconhecimento e de apropriação oficial dos bens culturais para o patrimônio nacional encontra na narrativa de Rodrigo o sentido de assimilação do próprio passado. Os monumentos são, nessa perspectiva, entendidos como signos visuais de condição civilizada e de materialização dos valores permanentes da civilização; o contato com o patrimônio cultural deveria desenvolver nos indivíduos um instinto de preservação¹² ao persuadi-los pela concretude autenticadora dos objetos do patrimônio aquilo que representam: a nação.¹³

Ademais, os atributos de autenticidade do patrimônio cultural estavam calcados no chamado barroco brasileiro, tendo este “sido oficialmente usado como um signo totêmico da

⁹ Cf. GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/Iphan-MinC, 2002, p. 44 e 45.

¹⁰ Cf. *Ibidem*, p. 44.

¹¹ BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.

¹² Cf. GONÇALVES, *Op. Cit.*, p. 64.

¹³ Cf. *Ibidem*, p. 83 e 84.

expressão estética da identidade nacional brasileira”.¹⁴ Os *arquitetos da memória*, assim batizados por Márcia Chuva os ideólogos que instituíram no quadro da memória nacional um patrimônio cultural identificado com o colonial mineiro,¹⁵ primaram por identificar essa *boa arquitetura* de forma a construir uma versão da história da nação através de testemunhos materiais de um suposto tempo originário e heroico perdido, cuja recuperação física e simbólica remeteria às origens da nação.¹⁶

Em 4 de junho de 1937, Rodrigo escreve uma carta a Augusto Meyer após ter sido informado da destruição do Colégio Jesuítico de São Luiz Gonzaga. Nela o presidente do Sphan defende a importância da promulgação do futuro Decreto-Lei nº 25/1937 para reafirmar o tombamento como meio eficaz para se combater o risco iminente de “reprodução de semelhantes vandalismos”¹⁷ contra o patrimônio histórico e artístico nacional. O discurso propagado pelos ideólogos do patrimônio cultural no Brasil terá em seu cerne “um lamento constante em relação a esse processo de fragmentação e perda”,¹⁸ configurando-se em uma verdadeira *retórica da perda* para justificar a necessidade de se identificar, de se preservar e de se restaurar o patrimônio cultural brasileiro e, assim, de zelar pelo restabelecimento de uma continuidade com a situação originária imaginada do surgimento de um Brasil autêntico e tradicional.

Se esta foi e continua a ser a tônica do discurso preservacionista no Brasil, engendrada nos primórdios do órgão oficial do patrimônio, as bases teóricas sobre como se preservar ruínas foram estabelecidas por Lúcio Costa a partir da consolidação e da reestruturação das ruínas de São Miguel das Missões. Exemplo disso é o tombamento dos Remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa, no município de Niterói/RJ, levado a cabo em 8 de janeiro de 1955, ainda durante a gestão de Rodrigo (1937-1967), e a opção por obras de consolidação das ruínas do antigo recolhimento religioso, que tinham urgência na estabilização de seus planos de alvenaria de pedra comprometidos pela erosão, com vistas à instalação de uma futura unidade museológica, conforme relata o arquiteto Edgard Jacintho da Silva, chefe da Divisão de Conservação e Restauração da então Dphan, em 1968:

Talvez eu diria que o problema foi mais agudo do que em Cabo Frio porque Itaipu já

¹⁴ *Ibidem*, p. 68.

¹⁵ Cf. CHUVA, Marcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro : UFRJ, 2009. p. 373.

¹⁶ Cf. *Ibidem*, p. 326.

¹⁷ ANDRADE *apud* BAUER, *Op. Cit.*, p. 57.

¹⁸ GONÇALVES, *Op. Cit.*, p. 23.

era mesmo uma ruína avançada e condenada a desaparecer porque já estavam sendo desmanteladas as suas muralhas e carregado o material. Esse trabalho é anterior ao de Cabo Frio, foi executado ainda no tempo do Dr. Rodrigo. E como já era uma ruína, irreversível, as normas que regulam este trabalho não permitem fazer nenhuma reconstrução, mas tão somente obras de consolidação. Só permanecia incólume a capelinha interna, tudo o mais estava arruinado. Entretanto, um dos compartimentos laterais do primitivo convento¹⁹ conservava ainda todas as paredes e, para recuperar um espaço coberto a ser utilizado como a única sala de exposição permanente do futuro museu, recompusemos o telhado desse corpo das ruínas e ali se constituiu o núcleo do museu de arqueologia. As muralhas externas, que se achavam fragmentadas, foram consolidadas e obturados os vários espaços abertos entre os diversos panos já soltos, trabalho este que foi executado com material e acabamento diferenciados, para tornar patente a intervenção sem propósito de reconstituir a ruína.²⁰



Foto da fachada dos remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa, Sem data e sem autoria (Arquivo Central Iphan/RJ)

O critério fundamental para as restaurações executadas pelo Iphan preconizava não prejudicar a beleza arquitetônica do monumento, respeitando-lhe a harmonia ou visando a reintegrar-lhe as características de estilo, a ideia era “restituir-lhe o aspecto original, perturbado pelas reformas que sofreu.”²¹ Buscava-se, em síntese, reconstituir sua feição *primitiva* ou *original*, baseada na idealização de um tempo não mais existente; os esforços dos arquitetos voltam-se para uma restauração pautada pelo modelo de *obra colonial autêntica*.²²

¹⁹ É recorrente o uso do termo *convento* em lugar de *recolhimento* para designar o Recolhimento de Santa Teresa nos documentos técnicos e oficiais do Iphan.

²⁰ SILVA apud SALADINO. **Prospecções:** o patrimônio arqueológico nas práticas e trajetória do Iphan. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UERJ. Rio de Janeiro: 2010, p. 241.

²¹ ANDRADE apud CHUVA, **Op. Cit.**, p. 338.

²² Cf. CHUVA, **Op. Cit.**, p. 343.

No entanto, os fragmentos citados tanto do relatório de Lúcio Costa, de 1937, quanto do de Jacintho, de 1968, indicam outros parâmetros praticados pelo Iphan para a intervenção arquitetônica no tangente a ruínas, mais em conformidade com as orientações quanto às técnicas de conservação da *Carta de Atenas* (1931).²³ Os critérios aplicados familiarizam-se com as proposições do crítico de arte inglês John Ruskin que, em sua obra *The seven lamps of architecture*, publicada pela primeira vez em 1849, defende, no capítulo que trata da *lâmpada da memória* da arquitetura, que a restauração é tanto a pior maneira de destruição, quanto uma mentira. A restauração é sempre uma conjectura, ou uma infidelidade, em relação à obra original, e a possibilidade de cópia equivale a uma falsa descrição de um trabalho de acabamento que, em realidade, já desapareceu.²⁴

Ruskin justifica que a preservação dos prédios do passado não é uma questão de expediente ou de sentimento, uma vez que não temos direito sobre eles, pois pertencem, parcialmente, àqueles que os construíram e, parcialmente, às gerações posteriores. Não se deve, portanto, desconsiderar a força, as vidas e o dinheiro empregados por diferentes homens na realização dessas obras após suas mortes.²⁵ O maior valor de um prédio está em sua idade; é por seu caráter testemunhal de um tempo longínquo, em contraste com a transitoriedade das coisas, que a arquitetura funda identidade ao conectar o esquecido com as eras subsequentes.

É deste sentimento da idade que surge a beleza real associada à ideia do pitoresco e à sublimidade acidental ou provocada na ruína, cuja arquitetura assimila o trabalho da natureza em suas rachaduras, fraturas, manchas ou vegetação, concedendo circunstâncias de cor e forma que são adoráveis aos olhos humanos. Esses sinais externos do pitoresco ou da sublimidade da arquitetura compõem a nobre função de expor a antiguidade do prédio, e constituem sua maior glória.²⁶ A noção de *lâmpada da memória* da arquitetura encontra ressonância no que Aloïs Riegl chamará posteriormente de *culto moderno dos monumentos*. Este culto seria uma forma de sensibilidade operativa no século XX, através da qual o interesse pelos monumentos é despertado em virtude de sua antiguidade e das evidências materiais dos efeitos da experiência do tempo, como se o ciclo de vida e morte fosse atestado

²³ A Conferência do Escritório Internacional dos Museus Sociedade das Nações, realizada em outubro de 1931, aconselha através da referida carta que os princípios e as técnicas de conservação devem ser escrupulosos “quando se trata de ruínas, [...] com a recolocação em seus lugares dos elementos originais encontrados (anastilose), cada vez que o caso o permita; os materiais novos necessários a esse trabalho deverão ser sempre reconhecíveis”.

²⁴ Cf. RUSKIN, John. *The seven lamps of architecture*. Londres: Elecbook, 2001. p. 252.

²⁵ Cf. *Ibidem*, p. 255.

²⁶ Cf. *Ibidem*, p. 251.

no monumento.²⁷

A essa discussão em torno da conservação e, particularmente, da patrimonialização e da subsequente musealização das ruínas de São Miguel das Missões e do Recolhimento de Santa Teresa, faz-se valioso refletir sobre as ruínas segundo a perspectiva de Georg Simmel. Seu ensaio *As ruínas*, de 1907, articula, principalmente, as noções de equilíbrio e de oposição entre espírito e natureza para, finalmente, estabelecer que tal antagonismo, na realidade, é necessário para que a inconstância interna do homem possa ser resolvida esteticamente através de uma unidade externa, neste caso, corporificada pelas próprias ruínas.

Simmel parte da construção arquitetônica como conceito matricial que dá forma à natureza para tratar da origem das ruínas. A arquitetura explicita um equilíbrio entre os desejos humanos por meio de suas ideias, naturalmente ascendentes, e sua conseqüente concretização graças à dominação das forças naturais, de maneira a consolidar na matéria o que se origina dos intuitos criadores humanos. No entanto, a partir do momento em que se inicia o processo de desmoronamento desta criação humana, reverte-se o equilíbrio evidente da união das forças humanas mais a mecânica da natureza, materializado na perfeição da construção intacta, e passa-se a uma nova escala de poder de uma sobre a outra frente à degradação da obra de arte. A natureza como que reivindica sua soberania sobre a passividade que lhe é impingida pela intervenção humana. Apodera-se da obra de arte e expõe uma nova totalidade estética oriunda do que restou daquilo formalizado pelo intuito original do espírito.

Essa especificidade pretérita das ruínas contribui para o processo de construção e de reconstrução das memórias a seu respeito, uma vez que explicita tanto uma autenticidade temporal do antigo prédio, quanto de sua nova realidade como ruína. Em *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*, de 1935/36, Walter Benjamin propõe uma interlocução acerca dessa análise sobre a particularidade de manutenção do passado pelas ruínas e sua relação com valores tal como o de *antiguidade* definido por Aloïs Riegl.

Ao discutir o aprimoramento cada vez mais patente da reprodutibilidade técnica de uma obra de arte, Benjamin chama atenção para um elemento que está ausente na perfectibilidade desta reprodução:

o aqui e agora da obra de arte, sua existência única, no lugar em que ela se encontra. É na existência única, e somente nela, que se desdobra a história da obra. Essa história compreende não apenas as transformações que ela sofreu, com a passagem

²⁷ Cf. HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. p. 204 e 205.

do tempo, em sua estrutura física, como as relações de propriedade em que ela ingressou.²⁸

É exatamente dessa preservação solidificada pelas constantes mutações de todo um processo de arruinamento que se poderia, no deparar-se com tais remanescentes, não só visualizar, como também sentir a vida que outrora habitou e correu por entre as paredes agora desmornadas, mas, concomitantemente, reconfiguradas. As ruínas autenticariam pela presença de seus vestígios todo um tempo anterior, tornando imediatos aos sentidos os percursos da tradição, de sua origem até a atualidade. As ruínas preservam sua aura justamente porque nela residiria a oposição entre passado e presente, gerando uma *sensação de paz* e de pertencimento compartilhado, além de permitir, pela nova unidade que engendra, que se perceba a obra humana como um produto da natureza; eis aí o seu encanto.

A decisão por se preservar as ruínas de São Miguel das Missões e do Recolhimento de Santa Teresa tal como o tempo e a natureza quiseram se apropriar da obra humana efetivou-se igualmente na opção pela inscrição de ambos os remanescentes no Livro do Tombo das Belas Artes, ainda que fossem também fortemente carregados de relevância histórica e arqueológica,²⁹ como veio a considerar-se a partir dos anos 1980 com o desenvolvimento da Arqueologia Histórica no Brasil. Até então, prevalecera desde o século XIX a prática arqueológica e a formação de profissionais voltadas para o estudo de sítios e vestígios da cultura material de grupos humanos pré-históricos, ou seja, anteriores à presença de colonizadores europeus no continente americano e ao estabelecimento de uma sociedade letrada.³⁰

A interpretação preservacionista de São Miguel como sítio arqueológico histórico só ocorrerá a partir da elevação das ruínas a patrimônio da humanidade pela Unesco em 1982. Tal mudança pode ser observada ao comparar-se o artigo *Os Sete Povos das Missões*, de Alberto Lamago, na edição número 4, de 1940, da *Revista do Patrimônio*, em que não há qualquer referência arqueológica associada às ruínas, e o artigo *São Miguel das Missões: estudo de estabilização e conservação das ruínas da igreja*, publicado na mesma revista do Iphan de número 19, em 1984, no qual o autor Fernando Machado Leal abre o texto

²⁸ BENJAMIN, Walter. “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”. In: *Obras escolhidas I: Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994. pp. 165-196, p. 167.

²⁹ O Decreto-Lei nº 25/37 prevê a inscrição de bens móveis e imóveis considerados patrimônio histórico e artístico nacional em quatro Livros do Tombo (Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes e Livro do Tombo das Artes Aplicadas), podendo o mesmo bem ser inscrito em mais de um deles.

³⁰ Cf. FAGAN, B.; ORSER Jr., C. *Historical archaeology*. Nova York: HarperCollins College, 1995. p. 6.

declarando que as ruínas missioneiras “constituem o conjunto de arqueologia histórica mais importante em terras brasileiras”.³¹ O mesmo sucede com o antigo recolhimento de Itaipu, pois somente em 1991, quando da realização de novas obras de consolidação, constatou-se que havia presença de fragmentos de faiança fina, porcelana e outras louças identificadas pela arqueóloga Rosana Najjar,³² sendo as ruínas a partir de então alçadas à categoria de sítio arqueológico histórico.

Conforme visto até aqui, o ponto nodal acerca do tombamento dos remanescentes de Missões e de Itaipu foi a opção pela conservação de suas ruínas enquanto tais, em uma via paralela à prática corrente do Iphan de restauração de uma suposta arquitetura original do monumento. Engendrou-se, destarte, um viés outro para a proteção do patrimônio em risco de desaparecimento, mais convidativo à contemplação das formas e das marcas legadas pela passagem do tempo.

A conversão das ruínas em museus

Em seu Decreto-Lei de criação, o Sphan incorporava a sua estrutura o Museu Histórico Nacional (MHN) e o Museu Nacional de Belas Artes (MNBA), existentes desde 1922 e 1937, respectivamente, para a “conservação e a exposição de obras históricas e artísticas” de propriedade da União, segundo o Artigo 24º do Decreto-Lei nº 25/1937. Nesse mesmo Artigo, o legislador já antecipara a possibilidade de ter que se criar “tantos outros museus nacionais quantos se tornarem necessários”.³³

De acordo com Lygia Martins Costa, museóloga do Iphan, Rodrigo Melo Franco de Andrade não parecia ter a intenção deliberada de criar museus, mas tal necessidade consumou-se tão logo fora promulgado o Decreto-Lei em 1937 a partir da demanda de Lúcio Costa por um museu como extensão das atividades de conservação das ruínas das reduções jesuítico-guaranílicas e como local de concentração da imaginária missioneira dispersa pela região dos Sete Povos, de maneira que se possibilitasse aos futuros visitantes obter uma impressão aproximada do que haviam sido as Missões em seu conjunto.³⁴

³¹ LEAL, Fernando Machado. “São Miguel das Missões: estudo de estabilização e conservação das ruínas da igreja”. *Revista do patrimônio*, n. 19, pp. 71-96, 1984. p. 71.

³² Cf. *Plano Museológico do Museu de Arqueologia de Itaipu (2011-2014)*. Niterói: MAI/Ibram/MinC, 2011. p. 25.

³³ BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.

³⁴ Cf. COSTA, Lúcio. “1937: Igreja de São Miguel (ruínas) – São Miguel das Missões – RS”. In: PESSÔA, José (org.). *Lucio Costa: documentos de trabalho*. Rio de Janeiro: Iphan, 2004, p. 21-42. p. 36.

As missões evangelizadoras de indígenas empreendidas pela Companhia de Jesus chegaram a contar, em 1730, com trinta reduções espalhadas pelas atuais regiões da Argentina, do Paraguai e do Estado do Rio Grande do Sul, povoadas por cerca de 240 mil indígenas – Guarani, em sua maioria – e cem padres,³⁵ o fim dessa experiência veio a ocorrer após o Tratado de Madri (1750), as Guerras Guaraníticas (1754-1756) e a expulsão dos jesuítas das Américas (1768).³⁶ O contato com os remanescentes da igreja de São Miguel Arcanjo e a sensação vestigial de um passado áureo evocada por eles não poderiam ter deixado de provocar um grande impacto sobre Lúcio Costa naquela que fora sua primeira empreitada como arquiteto do Sphan, levando-o a propor que se constituísse com um acervo de fragmentos arquitetônicos, elementos sacros e documentos indígenas e jesuítas

um pequeno museu no local mesmo das ruínas. Não só por ficarem aí mais acessíveis, mas por serem os vestígios de São Miguel capital dos Sete Povos os únicos que ainda apresentam interesse como conjunto arquitetônico e também porque, assim reunidas, as peças ganharão outro sentido.³⁷

A originalidade do projeto arquitetônico de Lúcio Costa para o museu que se ergueria em meio às ruínas de São Miguel, esparsas por uma área total de 311.130m², está em fazer dele um *simples abrigo*, que não agredisse o desenho da antiga redução, de modo a permitir uma melhor apreciação das dimensões do lugar e a servir como ponto de referência.³⁸ Para tanto, o arquiteto apresentou duas propostas para a construção do museu e de uma casa de zelador junto às ruínas. A primeira solução seria uma construção de grande alpendrado com panos de parede internos caiados de branco para fazer fundo às peças expostas, estrutura que se ligaria à casa do zelador.³⁹ A segunda solução seria o aproveitamento das colaterais da própria igreja para abrigar as peças ao longo das paredes e junto aos pilares da nave, ficando a casa do zelador no extremo da praça.⁴⁰

Prevaleceu a primeira solução com a construção de um prédio de arquitetura moderna por meio de formas construtivas tradicionais, situado em uma das pontas da praça para que se realçasse a grandiosidade do lugar de forma discreta, sem se sobrepor à arquitetura existente,

³⁵ Cf. BOTELHO, A.; BRUXEL, L.; VIVIAN, D. *Museu das Missões*: coleção museus do Ibram. Brasília: Ibram/MinC, 2015. p. 13 e 14.

³⁶ Cf. *Ibidem*, p. 30 e 31.

³⁷ COSTA, Lúcio, *Op. Cit.*, p. 37.

³⁸ Cf. *Ibidem*, p. 39.

³⁹ Cf. *Ibidem*.

⁴⁰ Cf. *Ibidem*.

e com um sentido de transparência da obra,⁴¹ a ser complementada com o tratamento museográfico do sítio:

Aliás, para que os visitantes, geralmente pouco ou mal informados “compreendam” melhor a significação das ruínas, sintam que já houve vida dentro dela e, se possível, também vejam, como o Sr. Augusto Meyer, “aquela porção de índios se juntando de manhãzinha na igreja”, parece-me indispensável a organização de uma série de esquemas e mapas, além de planta de S. Miguel, acompanhados de legendas que expliquem de maneira resumida, porém clara e precisa, a história em verdade extraordinária das Missões.⁴²

Esse trecho do relatório de Lúcio Costa demonstra sua preocupação em relação à forma narrativa a ser sugerida pelo museu ao público visitante através de percursos museográficos, para além do prédio, que permitissem a contemplação espacial da antiga redução missioneira, sintonizando indícios e presenças de um tempo passado como memória de uma história nacional. A perspectiva urbanista de Lúcio Costa estendeu-se sobre sua concepção do que deveria ser um museu das missões, compreendendo-o como um museu de território, não restrito a um prédio, nem tampouco a uma cidade – ainda que o museu e São Miguel conformassem-se como o capital museal do processo –,⁴³ mas abarcando o circuito dos Sete Povos das Missões no lado oriental dos rios Paraná e Uruguai, e em uma escala mais ampliada, incluindo igualmente as experiências missionais nos países vizinhos.

A missão institucional do Museu das Missões, prevista no Decreto-Lei nº 2077/1940 de sua fundação, institui a reunião e a conservação das “obras de arte ou de valor histórico relacionadas com os Sete Povos das Missões Orientais, fundados pela Companhia de Jesus naquela região do país”.⁴⁴ A coleção de imaginária religiosa pertencente ao Museu das Missões, correspondente à quinta parte de um total de 510 peças catalogadas pelo Inventário de Imaginária Missioneira realizado em 1990,⁴⁵ foi formada a partir de buscas em capelas e casa particulares da região por intermédio do arquiteto Lucas Meyerhofer, do engenheiro Fernando Hartmann e, com destaque à parte, de João Hugo Machado, zelador do museu, instalado em São Miguel desde 1938, ano de início das intervenções nas ruínas e de construção do museu.

⁴¹ CARRILHO, Marcos José. “A transparência do Museu das Missões”. *Vitruvius*, ano 7, setembro 2006. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.076/322>. Acesso em: 26 de março de 2016.

⁴² COSTA, Lúcio. *Op. Cit.*, p. 39 e 40.

⁴³ Cf. CORREIA, Ariston José. “Palavra do museu”. In: BOTELHO, A.; BRUXEL, L.; VIVIAN, D. *Museu das Missões*: coleção museus do Ibram. Brasília: Ibram/MinC, 2015. pp. 6-7. p. 7.

⁴⁴ BRASIL. *Decreto-Lei nº 2.077*, de 08 de março de 1940.

⁴⁵ Cf. BAUER, Leticia, *Op. Cit.*, p. 126.



Ruínas da Igreja de São Miguel Arcanjo e
prédio do Museu das Missões (blogspot Museu das Missões)

A atuação de Hugo Machado em sua busca por santos autênticos do passado missioneiro durante os anos de 1930 e 1940 foi cercada de polêmicas e, ainda hoje, a população local ressentida-se da postura investigativa e arbitrária do zelador ao *tirar* as obras dos proprietários sob a alegação da *causa patrimonial*. Hugo Machado *seguia pistas* e denúncias sobre a existência de santos em posse privada, a partir daí comunicava-se com o Dr. Rodrigo e solicitava um *pedido de requisição* para doação de bens móveis de procedência missioneira para apresentar aos proprietários.⁴⁶ Não obstante, havendo esses bens adquirido outros valores de culto e outra carga simbólica no seio das famílias que os abrigavam, a ação não costumava desenrolar-se de forma pacífica, precisando contar, por vezes, com auxílio policial para o recolhimento das imagens ao Museu, como declara Hugo Machado em entrevista de março de 1980 a Danilo Lazzarotto: “este aqui tirei do velho Satri em Giruá. Brigou muito, não queria me entregar este santo também. Onde tive que voltar com a polícia para requisitar ele”.⁴⁷

Apesar das coletas muitas vezes coercitivas, outras até ardilosas – como a em que se disfarça de pagador de promessas para que lhe deixassem acessar o santo –,⁴⁸ a questão é que, mesmo por caminhos não-ortodoxos e pouco democráticos, a expressiva coleção que se reuniu com o esforço do zelador garantiu, a longo prazo, sua preservação e sua disponibilização a milhares de visitantes do Museu das Missões, viabilizando conexões entre o mundo desses e o passado remanescente do cotidiano missioneiro.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 118.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 120.

⁴⁸ *Ibidem*, p. 126.

O Museu das Missões inaugura a política do Sphan de criação dos chamados *museus regionais*, que, no entender de Rodrigo, significariam museus situados fora da então capital Rio de Janeiro, onde houvesse intenso comércio de antiguidades, “despojando progressivamente de seu [do país] patrimônio as áreas mais ricas de obras de arte e de artesanato tradicional”,⁴⁹ e que coincidissem com a conveniência de “se utilizarem obras de arquitetura antiga, restauradas a expensas do poder público federal e incorporadas ao domínio da União, para fins compatíveis com o interesse histórico ou plástico de semelhantes edificações”.⁵⁰

Esse modelo de museu temático veio a estabelecer-se, depois, com a criação do Museu da Inconfidência (1944), em Ouro Preto, e do Museu do Ouro (1945), em Sabará, ambos em Minas Gerais. Os outros 22 museus regionais que surgiriam a partir de então, dentre eles o Museu de Arqueologia de Itaipu (1977), operariam a conjunção de concretização da história selecionada e de sua autenticação através da materialidade dos objetos arquitetônicos e dos objetos móveis de seu acervo.⁵¹

O MAI, entretanto, fugia à lógica dos museus regionais do Iphan, uma vez que o museu concebido para ocupar as ruínas do Recolhimento de Santa Teresa se destinaria a abordar a arqueologia em função dos sítios arqueológicos pré-cabralinos de seu entorno, não dialogando, como costumava ser via de regra, com os usos anteriores do prédio tombado; a saber: os recolhimentos religiosos femininos erigidos no século XVIII na América portuguesa cumpriam a finalidade de prevenir, controlar e punir a conduta das mulheres.⁵² O Recolhimento de Santa Teresa destinava-se a mulheres menos favorecidas economicamente que desejassem levar uma vida contemplativa ou que para ali fossem enviadas por suas famílias por se tratar de órfãs desamparadas, viúvas ou senhoras e moças desprovidas circunstancialmente da proteção de uma figura masculina ou, ainda, mulheres que tivessem sua honra ameaçada por ter cometido adultério, por ter perdido a virgindade antes do casamento ou que fossem prostitutas arrependidas.⁵³

O MAI guarda uma distância temporal de sua criação em relação ao Museu das Missões de quase quarenta anos, no entanto, os técnicos da Dphan e os presidentes Rodrigo

⁴⁹ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. “Museus regionais no Brasil: uma experiência”. In: *Rodrigo e o Sphan*. Rio de Janeiro: MinC/FNPM, 1987. pp. 159-162. p. 159.

⁵⁰ *Ibidem*, p. 160.

⁵¹ Cf. CHUVA, *Op. Cit.*, p. 184.

⁵² Cf. ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e devotas: mulheres da Colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999. p. 15.

⁵³ Cf. *Idem*, p. 3.

Melo Franco de Andrade e Renato Soeiro seguiram o lastro dos procedimentos, ao menos do ponto de vista da conservação e da musealização, em relação a ruínas aberto pelo Museu das Missões para se idealizar esse novo museu. Desde os momentos iniciais do processo de tombamento dos remanescentes, a questão do entorno fez-se patente aos olhos dos arquitetos da Dphan. Em parecer técnico de inspeção às ruínas do Recolhimento de Santa Teresa, de 21 de outubro de 1948, José de Souza Reis chama atenção para o *aspecto de conjunto* do monumento objeto de tombamento e para a Colônia de Pescadores de Itaipu:

A praia fronteira ao Convento é ocupada por uma Colônia de Pesca, o que contribui, a nosso ver, para maior interesse ao aspecto de conjunto, e do monumento, cuja preservação é, sem dúvida, medida de grande conveniência e importância em virtude de suas características singulares.⁵⁴

A partir da década de 1960, em paralelo às obras de conservação das ruínas, correu o projeto de criação de um museu a ser ali instalado. Transcorreram-se mais de trinta anos desde a abertura do Processo de Tombamento nº 365, em 1946, até a inauguração do Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI) em 22 de março de 1977. Pode-se dizer que este projeto deveu-se em grande parte ao arquiteto Edgard Jacintho da Silva, que chefiou as obras de consolidação, interessando-se pela ideia de dotar aquele monumento de um uso museológico relacionado à ocorrência de sítios arqueológicos em seu entorno. Augusto Carlos da Silva Telles, arquiteto e Diretor de Conservação e Restauração do Iphan, ratifica essa ideia ao declarar, em 1978, que “nas proximidades existe um sambaqui protegido,⁵⁵ que deverá, após tratamento adequado, participar do Museu, como elemento didático.”⁵⁶ Note-se que predominou a ideia de criação de um museu de natureza arqueológica e não, por exemplo, de pesca, nem tampouco um museu que abordasse o pretérito uso das ruínas como recolhimento feminino.

O MAI surge na fronteira entre as denominadas *fase heroica* do Iphan, período da gestão de Rodrigo entre 1937 e 1967, e *fase moderna*, sob gestão de Aloísio Magalhães nos anos 1980. O museu vem à luz em 1977 durante a administração do arquiteto Renato de

⁵⁴ ARQUIVO CENTRAL DO IPHAN/RJ. *Informação técnica nº 171*, de 21 de outubro de 1948, do arquiteto José de Souza Reis. In: Processo de Tombamento dos Remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa (Processo nº 365-T-46), 1946.

⁵⁵ A proteção refere-se ao acautelamento de monumentos arqueológicos e pré-históricos previsto na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961.

⁵⁶ ARQUIVO CENTRAL DO IPHAN/RJ. *Panfleto de Augusto Carlos da Silva Telles*, arquiteto e Diretor de Conservação e Restauração do Iphan, de 1978, sobre projeto do MAI. In: Série Inventário – Niterói/RJ – Recolhimento de Santa Teresa: remanescentes.

Azevedo Duarte Soeiro entre os anos de 1967 e 1979, acompanhando, portanto, boa parte do regime militar vigente no Brasil de 1964 a 1985. A presidência de Soeiro à frente do Iphan é marcada pela adequação das ações institucionais ao novo projeto ideológico de caráter doutrinário da política cultural levada a cabo pelo governo militar, que, orientado pelo modelo de desenvolvimento capitalista do Estado e pelo conceito de *integração nacional*, buscou aproximar a área da cultura à indústria do turismo e às telecomunicações como maneira de estimular o desenvolvimento e a recuperação econômica de áreas marginalizadas por meio da valorização da diversidade e da pluralidade de manifestações culturais do país, ainda que unificadas no interior da hegemonia estatal.⁵⁷

Soeiro soube habilmente adaptar as práticas de preservação do Iphan às demandas por desenvolvimento econômico do governo militar, lançar o olhar para a preservação do patrimônio natural e “fomentar o potencial turístico dos bens patrimoniais e integrar todos os estados do país nas ações de preservação.”⁵⁸ Além disso, o arquiteto transitou por diferentes esferas do campo da cultura nacional e internacionalmente, criando no contexto de uma política estatal centralizadora e autoritária um entremeio profícuo e inovador para o tratamento do patrimônio cultural.⁵⁹

Do ponto de vista prático em relação ao patrimônio, isso significou uma maior flexibilização na seleção de bens para tombamento, passando a se enfatizar a preservação de conjuntos urbanos e arquitetônicos, para além da preservação de monumentos isolados, em consonância com as discussões presentes na *Carta de Veneza* (1964) e nas *Normas de Quito* (1967). Outro aspecto divergente na administração de Soeiro é a constatação, a partir da análise dos 117 processos de tombamento abertos e concluídos entre 1967 e 1979 realizada por Pereira, de que 57% dos pedidos de tombamento partiram de grupos externos ao Iphan (prefeitos, governadores, grupos organizados e outros), 38% foram solicitações internas ao

⁵⁷ Cf. PEREIRA, Julia Wagner. *O tombamento: de instrumento a processo na construção de narrativas da nação*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio UNIRIO/MAST. Rio de Janeiro: 2009. p. 66.

⁵⁸ SABINO, Roberto. “As disputas pela representação do patrimônio nacional (1967-1984)”. *Políticas culturais*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2012, pp. 1-10. Disponível em <http://culturadigital.br/politica-cultural-casade-rui-barbosa/files/2012/09/Roberto-Sabino.pdf>. Acesso em 02 de abril de 2016. p. 2.

⁵⁹ No plano nacional, Soeiro integrou o Conselho Federal de Cultura – CFC (1969), dirigiu o Departamento de Assuntos Culturais – DAC (1970-74) ao qual se subordinava o próprio Iphan, participou do grupo de trabalho para elaboração do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste – PCH (1973) e articulou através do MEC os I e II Encontros de Governadores do Estado para Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil, dos quais resultaram os *Compromissos de Brasília* (1970) e *de Salvador* (1971). Internacionalmente, Soeiro representou a Dphan no encontro da Organização dos Estados Americanos (OEA), que originou as *Normas de Quito* (1967).

Iphan e 4,3% não são explícitos,⁶⁰ o que demonstra em que medida as ações regionais no campo da preservação patrimonial estavam em articulação com o projeto nacional capitaneado pelo Iphan.

Soeiro, à frente do Iphan por doze anos, idealizou, conjuntamente ao arquiteto Edgard Jacintho, o MAI com uma mirada alargada de um museu aliado à potencialidade de seu entorno, sendo esse, desde os estudos iniciais para o tombamento das ruínas, sempre enaltecido nos pareceres técnicos. Em documento em que discorre sobre o projeto do museu vindouro, Soeiro não deixa, portanto, de citar o Sítio Duna Grande⁶¹ e de ressaltar a vocação turística da região, cuja “beleza de suas praias e a vista panorâmica sobre a cidade do Rio de Janeiro, e o monumento referido [Duna Grande] constituem, desde já, uma das visitas obrigatórias.”⁶²

A questão da arqueologia é primordial e encontra-se arraigada e associada à história das ocupações ocorridas no litoral de Itaipu, posto que a região é talhada de sítios arqueológicos pré-cabralinos e outros posteriores à colonização portuguesa, como o próprio recolhimento. Dos principais sítios da região, destacam-se o Sambaqui de Camboinhas, o Sítio Duna Pequena e o Sítio Duna Grande, restando, hoje, dos três somente o último, que se salvou da especulação imobiliária, pesando pouco sobre sua não destruição a Lei Federal nº 3.924/61, que dispõe sobre a proteção de monumentos arqueológicos e pré-históricos, e que não impediu a destruição dos dois outros sítios.

O Sítio Duna Grande foi identificado, em 1962, por Ondemar Dias Júnior e pela equipe técnica do Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB), que vinham realizando prospecções arqueológicas no litoral do então Estado da Guanabara e no município de Cabo Frio no Estado do Rio de Janeiro.⁶³ Esse sítio encontra-se a cerca de 400 metros dos remanescentes do recolhimento, de forma que o projeto para o museu levou em consideração o “aproveitamento das ruínas [que] se fez de modo que se pudesse nelas instalar um museu vinculado à ocorrência nas suas imediações do sítio arqueológico da Duna Grande”.⁶⁴

O Sítio Duna Grande, registrado no Iphan pela sigla RJ-JC-18, possui, de acordo com

⁶⁰ Cf. PEREIRA, *Op. Cit.*, p. 76.

⁶¹ Em 1987, o Sítio Duna Grande seria escolhido como Monumento Símbolo da Pré-História Brasileira por ocasião do cinquentenário do IPHAN.

⁶² ARQUIVO CENTRAL DO IPHAN/RJ. Minuta manuscrita de convênio com a Universidade Federal Fluminense para instalação de laboratório de ensino e pesquisa de arqueologia no MAI, do presidente Renato Soeiro. In: Série Inventário – Niterói/RJ – Recolhimento de Santa Teresa: remanescentes.

⁶³ Cf. CARVALHO, Eliana Teixeira. “Monumento símbolo da arqueologia pré-histórica brasileira: o sítio Duna Grande de Itaipu. Uma contribuição”. *Revista de Arqueologia*, v. 5, n.1, pp. 118-123, 1988. p. 118.

⁶⁴ SILVA apud CARVALHO, op. cit., p. 121.

a arqueóloga Eliana Teixeira Carvalho, “cerca de 100m de extensão, quase igual a largura e, na ocasião de sua descoberta, aproximadamente 20m de altura.”⁶⁵ O sítio testemunha por meio dos vestígios ali depositados uma ocupação humana que mantinha nas atividades de pesca, coleta e caça sua principal fonte de subsistência. Apesar de sua importância enquanto um dos últimos remanescentes deste tipo de sítio arqueológico no Rio de Janeiro, a Duna Grande e os objetos que nela afloram e que foram coletados são fundamentais para se compreender a formação da principal e mais numerosa coleção do acervo do MAI.

Essa coleção foi doada ao Museu por Hildo de Mello Ribeiro, agente federal de fiscalização da pesca e morador local de Itaipu, responsável, ainda, pela coleta dos objetos retirados da Duna Grande, que compõem a coleção. Hildo de Mello Ribeiro iniciou as coletas e, conseqüentemente, a formação da coleção em 1968, prosseguindo com ambas durante a década seguinte. A grande preocupação de Hildo quanto à salvaguarda daqueles machados de pedra, lascas de quartzo, vértebras de peixes, restos de fogueiras, ossadas humanas e animais, corantes, restos faunísticos e outros tantos objetos se devia, sobretudo, à exposição destes materiais sobre a Duna após períodos de intensa ação da chuva e do vento, trazendo à superfície estes vestígios.

A preservação desses objetos encontrava-se em risco devido à coleta aleatória efetuada por turistas e curiosos que dilapidavam o patrimônio local, tomando o colecionador espontaneamente para si a tarefa de guardião dos objetos e da Duna Grande. O Iphan não tardaria a reconhecer Hildo de Mello Ribeiro como *arqueólogo amador* e a outorgar-lhe, através do presidente Rodrigo Melo Franco de Andrade, as credenciais para que se encarregasse pelo zelo das dunas-sambaquis e das ruínas do Recolhimento, de informar sobre irregularidades e tomar providências junto à polícia, além de colaborar com a facilitação do acesso de visitantes e a realização de filmagens e fotografia no local.⁶⁶

Tal como Hugo Machado, Hildo também não goza de boa reputação na comunidade onde atuou. Para moradores nascidos e criados em Itaipu, Hildo é reconhecido pelo rigor com que desempenhava seu trabalho, porém visto como autoritário ou, conforme descreve Ribeiro

⁶⁵ CARVALHO, *Op. Cit.*, p. 118.

⁶⁶ Cf. ARQUIVO CENTRAL DO IPHAN/RJ. Ofício nº 404, de 03 de março de 1970, de Renato Soeiro para Hildo de Mello Ribeiro ratificando as credenciais anteriormente outorgadas por Rodrigo Melo Franco de Andrade. In: Processo de Tombamento dos Remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa (Processo nº 365-T-46), 1946.

em relatório de entrevista com a moradora Lúcia, como “uma espécie de xerife ou capataz”.⁶⁷ Ainda criança quando Hildo recolhia peças, Erika, filha de *Seu Chico*, uma liderança local, ressentia-se de ter contribuído com o museu ao doar ossos dentre outros vestígios arqueológicos que encontrava ao brincar na Duna Grande. Ao narrar seu ponto de vista sobre a atuação do fiscal de pesca e do MAI, Erika justifica seu descontentamento em ver a comunidade da Vila de Pescadores ser obscurecida no processo de coleta do acervo, recaindo todo mérito desta sobre o *arqueólogo amador*.⁶⁸

A referida coleção de 966 itens, entretanto, não é reconhecida cientificamente por parte da comunidade acadêmica. De acordo com o texto da arqueóloga e professora do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Lina Maria Kneip, esta coleção do MAI é desprovida de valor científico, uma vez que não possui indicação estratigráfica e que foi coletada sem método e sem preocupação quanto à datação das camadas em que se encontravam os objetos, a arqueóloga enxerga nela, ao menos, algum potencial didático.⁶⁹

Sobre a Duna Grande e o museu embrionário declara Jacintho:

A Duna constitui por si mesma a contemplação didática necessária à divulgação das atividades científico-culturais previstas para este estabelecimento. Há, portanto que, em tempo, se reponha no devido lugar as premissas deste projeto, concebidas com propósito voltado exclusivamente no interesse comum da difusão da cultura popular, mediante o conhecimento e mostragem [*sic*] de todo o encadeamento dos fatos relacionados com a pré-história nacional.⁷⁰

98

O tema da narrativa formulada para o MAI, de acordo com esse depoimento de Jacintho, não se destinava a tratar do tempo evocado pelas ruínas, pois parecia, mais, encantar-se pela possibilidade de traçar uma temporalização longa graças aos sítios arqueológicos da região. O fato é que as políticas estado-novista e militar diferiam muito pouco, no sentido de conferir uma profundidade temporal à nação, do projeto do Estado Imperial de invenção de uma identidade para a jovem nação que se alicerçasse na etnografia e nas teorias evolucionistas, de maneira a delimitar o atraso ou a reafirmar a inferioridade da

⁶⁷ RIBEIRO, Diego Lemos. *A Ciência da Informação em ação: um estudo sobre os fluxos da informação no Museu de Arqueologia de Itaipu*. Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFF. Niterói: 2007. p. 202.

⁶⁸ Idem, p. 206 e 207.

⁶⁹ Cf. KNEIP, Lina Maria. *Coleção Hildo de Mello Ribeiro*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1978. p. 2.

⁷⁰ SILVA apud NAJJAR, Rosana Mendes Pinhel. *Museu de Arqueologia de Itaipu: uma experiência de preservação*. Rio de Janeiro: 1997. p. 21.

miscigenação e das raças formadoras do Brasil.⁷¹ Defende Rodrigo Melo Franco de Andrade que

a nossa história não cabe no espaço exíguo dos quatro séculos que vivemos, a contar do ano de 1500, porque se alonga enormemente para trás, ligada à história dos povos que nos constituíram. Ela não tem, por conseguinte, limites medíocres no tempo e no espaço. Ao contrário: dilata-se longamente pela extensão de três continentes, através da vida e da fortuna vária das nações de que procedemos e cujo espólio cultural se fundiu num só monte, para formar o patrimônio histórico e artístico nacional.⁷²

O discurso institucional do MAI ressoaria essa concepção de identidade nacional dentro de uma razão civilizadora resultante do processo universal de evolução de estágios mais *primitivos* aos mais *avançados*. É nesse sentido que as culturas indígena, africana e de populações pré-históricas serão interpretadas enquanto remanescentes de um passado desaparecido ou em desaparecimento, situadas em estágios ultrapassados da evolução cultural, e, no caso das culturas africana e indígena, desmerecidas no presente de sua vida social e cultural.⁷³

Uma vez definido o uso do monumento como museu, sua temática que versasse, “única e exclusivamente, sobre arqueologia”⁷⁴ em uma estreita conexão com a realidade do território local e seu acervo “constituído de peças arqueológicas da região acrescidas de elementos *caiçaras* que no seu atual primitivismo, em vias de rápido desaparecimento pela modernização da indústria da pesca, relembram os construtores dos sambaquis”,⁷⁵ faltava materializar a proposta museográfica do MAI voltada para a correlação da arqueologia pré-histórica e da pesca tradicional através de um elo de ligação temporal entre uma e outra, cuja tônica pode ser notada nas palavras acima do Presidente Renato Soeiro.

Em 22 de março de 1977, o MAI é aberto ao público e conta para a inauguração com a presença e com um discurso do presidente do Iphan, no qual Soeiro frisa a intenção, uma vez mais, de anexar um edifício ao conjunto arquitetônico para o laboratório de pesquisa arqueológica, parte do convênio que seria firmado com a UFF com vistas a aproveitar a proximidade do museu com a duna-sambaqui.⁷⁶ O importante relevo dado no discurso do recém-criado museu, no seio de uma instituição já então quadragenária, à temporalidade

⁷¹ Cf. FERREIRA, *Museus imperiais: uma viagem às “Imagens do Brasil”* na narrativa de Carl von Koseritz. Rio de Janeiro: Cassará, 2012. p. 140.

⁷² ANDRADE, *Op. Cit.*, p. 49.

⁷³ Cf. GONÇALVES, *Op. Cit.*, p. 45.

⁷⁴ NAJJAR, *Op. Cit.*, p. 19.

⁷⁵ ARQUIVO CENTRAL DO IPHAN/RJ. Discurso de Renato Soeiro para a inauguração do MAI em 22 de março de 1977. In: Série Inventário – Niterói/RJ – Recolhimento de Santa Teresa: remanescentes.

⁷⁶ Cf. *Ibidem*.

esboçada por um passado longínquo e que se quer persistente no presente dos vestígios arqueológicos em consideráveis extensões de solo dos sítios de Itaipu, aponta para uma noção de identidade nacional fundada na antiguidade de nossos antepassados.

A opção por abordar a tradição local da pesca e o modo de vida do caiçara que habita Itaipu a partir de uma história que remontaria ao sambaquieiros pelo viés da técnica da pesca indica a permanência, naquele contexto, do uso do tempo passado como garantia do tempo presente frente às ameaças da pesca industrial ao modo de vida caiçara, advogando o futuro em termos de uma destruição, sem, contudo, reconhecer o desgaste público do uso do tempo passado como uma continuidade homogênea e sem máculas que não abarca temporalidades outras que fluem à revelia daquele discurso.

Há de se reconhecer que a proposta museológica pensada para o MAI era inovadora quanto à integração em relação ao ambiente natural e social onde se encontravam as ruínas do Recolhimento de Santa Teresa que o abrigariam. Clara é no projeto de Soeiro-Jacinto a influência da *Declaração de Santiago* de 1972, cujas recomendações giravam em torno do conceito de *museu integral*, que prezava pela interlocução com as comunidades e com as questões centrais que conformavam a realidade do território que os museus ocupavam e do qual faziam parte, e cuja questão de pano de fundo era a discussão e a busca coletiva por soluções frente ao progresso que se impunha aceleradamente e que se manifestava de forma heterogênea pelo mundo, em particular na América Latina. Os museus deveriam, em suma, tornar-se instrumentos para lidar com uma realidade globalizante de mundo e modificadora de micro-realidades regionais.⁷⁷

Da monumentalização das ruínas do recolhimento feminino em 1946 à criação de um museu de arqueologia em seus remanescentes em 1977, configura-se, sob a batuta do presidente do Iphan Renato Soeiro, um museu de caráter regional que extrapola a ideia original de Rodrigo Melo Franco de Andrade, muito pouco preocupada com o alcance popular desses museus monográficos,⁷⁸ e que se pretendeu construir para além das ruínas: nas brechas resistentes do estrato presente de um território profundo em temporalidades.

Pode-se, por fim, arrematar que o tombamento das ruínas de São Miguel das Missões altera a política do Iphan no tangente à criação de novos museus temático-regionais, é Lúcio Costa quem pavimenta com o projeto do Museu das Missões a trilha para o cruzamento do

⁷⁷ DECLARAÇÃO DE SANTIAGO, 1972.

⁷⁸ COSTA, Lygia Martins. “O pensamento de Rodrigo na criação dos museus do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”. In: Secretaria de Cultura (org.). *Ideólogos do patrimônio*. Rio de Janeiro: IBPC, 1991. pp. 115-129. p. 121.

ideário da arquitetura modernista com o passado colonial barroco do Brasil, aliando à história do prédio tombado a formação de coleções correlatas. Se o Museu das Missões instaura uma nova dimensão museológica no Instituto, o MAI se faz dela um herdeiro *desviante*, posto que se expande narrativamente para fora de suas ruínas para entremear-se na construção do diálogo entre o social e o ambiental em Itaipu.

Conclusão

De vinte e oito ruínas tombadas pelo Iphan ao longo de oito décadas, duas delas, aqui analisadas, tornaram-se museus da União. A confluência de entendimento sobre a forma de conservar os remanescentes arquitetônicos do prédio tombado, enxergando suas ruínas como gatilho para se pensar sobre a memória de realidades passadas, a perspectiva expandida para o território do museu como parte integrante de seu acervo e, ainda, a constituição de um acervo oriundo dos *herdeiros* do patrimônio local e amealhado graças à autoridade de agentes do Sphan compreendem pontos de contato entre a experiência do Museu das Missões e do Museu de Arqueologia de Itaipu.

Se João Hugo Machado e Hildo de Mello Ribeiro perduram na memória das populações dos Sete Povos e de Itaipu como autoridades abusivas pela maneira, apaixonada ainda que controversa, com que se dedicavam à causa do patrimônio, não se pode negar, apesar do silenciamento institucional até recentemente sobre a contribuição central dos dois funcionários para a política de formação de acervo, que foi pelo esforço pessoal desses homens que se faz possível há setenta e seis anos, no caso do Museu das Missões, e há trinta e nove anos no caso do MAI, que peças e resquícios de aspectos da cultura das duas regiões estejam disponíveis para quem quer que queira conhecê-las.

Reconhece-se que a patrimonialização e a musealização implicam a perda de alguns atributos no tangente à *originalidade* das práticas em torno do bem cultural, mas que, em contrapartida, abrem-se para adquirir outros como o de uma identidade associada ao nacional. Favoráveis ou não ao *modus operandi* de se coletar ou de se narrar dos museus, há que se concordar que, em exposição, ruínas e peças prestam-se ao estabelecimento de elos mais elásticos de pertencimento e reconhecimento.

Diferentemente do Museu das Missões, onde o museu implantando funcionava como ponto de partida para o sítio das reduções jesuíticas, a relação espacial em Itaipu é de outra ordem, já que as ruínas do Recolhimento não travavam nenhuma ligação com a história dos

sítios pré-cabralinos que as abraçam. Se em São Miguel ruínas e museu falam da mesma coisa, em Itaipu, por sua vez, o emaranhado de temporalidades desconexas é o que constitui a fonte primordial de seus trabalhos.

Bibliografia

ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e devotas: mulheres da Colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. “Museus regionais no Brasil: uma experiência”. In: *Rodrigo e o Sphan*. Rio de Janeiro: MinC/FNPM, 1987. pp. 159-162.

_____. “O patrimônio histórico e artístico nacional”. In: *Rodrigo e o Sphan*. Rio de Janeiro: MinC/FNPM, 1987. pp. 49-55.

BAPTISTA, Jean; SANTOS, Maria Cristina dos. “As ruínas: a crise entre o temporal e o eterno.” In: *Dossiê Missões*, v.3, Brasília: Ibram, 2015.

BAUER, Letícia. *O arquiteto e o zelador: patrimônio cultural, história e memória – São Miguel das Missões (1937-1950)*. Dissertação apresentada ao Programa Pós-Graduação em História da UFRGS. Porto Alegre: 2006.

BENJAMIN, Walter. “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”. In: *Obras escolhidas I: Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994. pp. 165-196.

BOTELHO, A.; BRUXEL, L.; VIVIAN, D.. *Museu das Missões: coleção museus do Ibram*. Brasília: Ibram/MinC, 2015.

BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.

_____. *Decreto-Lei nº 2.077*, de 08 de março de 1940.

_____. *Lei nº 3.924*, de 26 de julho de 1961.

_____. *Plano Museológico do Museu de Arqueologia de Itaipu (2007-2010)*. Niterói: MAI/Iphan/MinC, 2007.

_____. *Plano Museológico do Museu de Arqueologia de Itaipu (2011-2014)*. Niterói: MAI/Ibram/MinC, 2011.

CARENA, Carlo. Ruína/Restauero. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984, p. 107-129.

CARRILHO, Marcos José. “A transparência do Museu das Missões”. *Vitruvius*, ano 7, setembro 2006.

CARTA DE ATENAS – CIAM – NOVEMBRO DE 1933. Disponível em : < <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>>. Acesso em : 26 de março de 2016.

CARTA DE ATENAS – SOCIEDADE DAS NAÇÕES 1931. Disponível em : <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf>>. Acesso em : 26 de março de 2016.

CARTA DE VENEZA – MAIO DE 1964. Disponível em : <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>>. Acesso em 26 de março de 2016.

COMPROMISSO DE BRASÍLIA – ABRIL DE 1970. Disponível em : < <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20Brasilia%201970.pdf>> . Acesso em 26 de março de 2016.

COMPROMISSO DE SALVADOR – OUTUBRO DE 1971. Disponível em : < <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20salvador%201971.pdf>>. Acesso em : 26 de março de 2016.

CARVALHO, Eliana Teixeira. “Monumento símbolo da arqueologia pré-histórica brasileira: o sítio Duna Grande de Itaipu. Uma contribuição”. *Revista de Arqueologia*, v. 5, n.1, pp. 118-123, 1988.

CASTRO, Sonia Rabello de. *O Estado na preservação de bens culturais: o tombamento*. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.

CHUVA, Marcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro : UFRJ, 2009.

CORREIA, Ariston José. “Palavra do museu”. In: BOTELHO, A.; BRUXEL, L.; VIVIAN, D. *Museu das Missões: coleção museus do Ibram*. Brasília: Ibram/MinC, 2015. pp. 6-7.

COSTA, Lúcio. “1937: Igreja de São Miguel (ruínas) – São Miguel das Missões – RS”. In: PESSÔA, José (org.). *Lucio Costa: documentos de trabalho*. Rio de Janeiro: Iphan, 2004, p. 21-42.

COSTA, Lygia Martins. “O pensamento de Rodrigo na criação dos museus do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”. In: Secretaria de Cultura (Org.). *Ideólogos do patrimônio*. Rio de Janeiro: IBPC, 1991. pp. 115-129.

CUNHA, Fausto; KNEIP, Lina; PALLESTRINI, Luciana. *Pesquisas arqueológicas no litoral de Itaipu, Niterói, Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 1981.

DECLARAÇÃO DE SANTIAGO 1972. Disponível em : < <http://www.minom-portugal.org/documentos-de-referencia/6-declaracao-de-santiago-do-chile->

unescoicom/3-declaracao-de-santiago-do-chile-1972.html>. Acesso em : 20 de abril de 2015.

FAGAN, B.; ORSER Jr., C. *Historical archaeology*. Nova York: HarperCollins College, 1995.

FERREIRA, Maria De Simone. *Museu de Arqueologia de Itaipu: camadas de memória de um palácio em ruínas*. São Gonçalo: ANPUH-RJ, 2012. Disponível em: <http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338429493_ARQUIVO_ArtigoArqueologiaMARIA.pdf>. Acesso em: 26 de abril de 2015.

_____. *Museus imperiais: uma viagem às “Imagens do Brasil” na narrativa de Carl von Koseritz*. Rio de Janeiro: Cassará, 2012.

FERREIRA, M. et al. *Museu de Arqueologia de Itaipu*. Brasília: Ibram, 2014.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *Trajatória da política federal de preservação no Brasil*. Brasília: IPHAN, 2005.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN-MinC, 2002.

_____. “Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios”. In: *Horizontes antropológicos*. Porto Alegre, ano 11, n. 23, p.15-36, jan/jun 2005.

104

HERINGER, Pedro Colares da Silva. *Museu como ferramenta de proteção a sítios arqueológicos: o caso do Sítio Arqueológico Duna Grade e o Museu de Arqueologia de Itaipu*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu Nacional/UFRJ. Rio de Janeiro: 2014.

KNEIP, Lina Maria. *Coleção Hildo de Mello Ribeiro*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1978.

LEAL, Fernando Machado. “São Miguel das Missões: estudo de estabilização e conservação das ruínas da igreja”. *Revista do patrimônio*, n. 19, pp. 71-96, 1984.

LIMA, Sandra Mara Silva de. *Casas secretas: a reclusão feminina num estudo sobre o Recolhimento de Santa Teresa – Itaipu (1764-1820)*. Monografia apresentada ao Curso de História da Faculdade de Formação de Professores da UERJ. São Gonçalo: 1999.

NAJJAR, Rosana Mendes Pinhel. *Museu de Arqueologia de Itaipu: uma experiência de preservação*. Rio de Janeiro: 1997.

ORSER JR., Charles. *Introdução à arqueologia histórica*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.

PEREIRA, Julia Wagner. *O tombamento: de instrumento a processo na construção de narrativas da nação*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio UNIRIO/MAST. Rio de Janeiro: 2009.

PESSÔA, José (org.). *Lucio Costa: documentos de trabalho*. Rio de Janeiro: Iphan, 2004.

RIBEIRO, Diego Lemos. *A Ciência da Informação em ação: um estudo sobre os fluxos da informação no Museu de Arqueologia de Itaipu*. Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFF. Niterói: 2007.

RUSKIN, John. *The seven lamps of architecture*. Londres: Elecbook, 2001.

SABINO, Roberto. “As disputas pela representação do patrimônio nacional (1967-1984)”. In: *Políticas culturais*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2012, pp. 1-10. Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2012/09/Roberto-Sabino.pdf>>. Acesso em 02 de abril de 2016.

SALADINO, Alejandra. *Prospecções: o patrimônio arqueológico nas práticas e trajetória do IPHAN*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UERJ. Rio de Janeiro: 2010.

SIMMEL, Georg. “Las ruinas”. In: *Sobre la aventura: ensayos filosóficos*. Barcelona: Península, 2000. pp. 181-193.

VOLNEY, Constantin-François de Chasseboeuf. *Les ruines ou méditation sur les révolutions des empires*. Paris: Décembre-Alonnier, 1869.